

Das formas de apropriação da natureza às vulnerabilidades socioambientais: paradoxos do desenvolvimento em cidades pequenas

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão ^[1]. Eniedson Fabiano Pereira da Silva Júnior ^[2]. Emily da Silva Guedes ^[3].

[1] joao.aragao@ifpb.edu.br. [2] eniedson.silva@gmail.com. [3] emillyguedes.guedes@gmail.com. IFPB Esperança

RESUMO

Este trabalho expressa as reflexões teóricas que fundamentaram a pesquisa de iniciação científica intitulada “Entre lemas e dilemas: desenvolvimento e vulnerabilidade socioambiental em cidades pequenas”. O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para a continuidade das análises sobre cidades pequenas, fomentando os estudos sobre os paradoxos do discurso de desenvolvimento, observado a partir da produção do espaço, conforme a concepção crítica de apropriação da natureza e dos processos de vulnerabilidades socioambientais. A análise foi baseada na abordagem sistêmica e no entendimento das relações socioespaciais na cidade. O texto dispõe de ampla abordagem teórica, subsidiada por literatura pertinente aos temas tratados. Como síntese das reflexões aqui apresentadas, o tardamento das políticas de sustentabilidade é uma marca do discurso paradoxal de desenvolvimento em tempos globalizados, sendo socialmente parcial em toda sua envergadura política e econômica. O quadro de apropriação injusta da natureza e de vulnerabilidade socioambiental em cidades pequenas confere fortes indícios de que se trata de um modelo de produção socioespacial excludente, ainda em voga no Brasil, consolidado perante o processo de urbanização mercadológico, e que, por isso, demanda revisão e mudanças no âmbito das políticas públicas, para efetivar a melhoria das condições de vida na cidade, incluindo a superação das contradições socioambientais que impedem o alcance dos ideais de cidadania.

Palavras-chave: Apropriação da natureza. Vulnerabilidades socioambientais. Desenvolvimento. Espaço. Cidades pequenas.

ABSTRACT

This work expresses the theoretical reflections that underpinned the research of scientific initiation entitled “Between lemmas and dilemmas: socio-environmental development and vulnerability in small cities”. The general objective in this manuscript is to contribute to the continuity of the analyzes of small cities, promoting studies about the paradoxes of the discourse of development, observed from the production of the space, according to the critical conception of the appropriation of the nature and the processes of socio-environmental vulnerabilities. The analysis was based on the systemic approach and the understanding of socio-spatial relations in the city. The text has a broad theoretical approach and a review on relevant literature about the topics discussed. As a summary of the reflections presented here, the delay of sustainability policies is a mark of the paradoxical discourse of development in globalized times and is socially partial in all its political and economic scope. The framework of unfair appropriation of nature as well as the socio-environmental vulnerability in small cities, gives strong indications that it is a model of exclusive socio-spatial production still present in Brazil, consolidated before the process of market urbanization, and especially because of that it requires revision and changes in public policies to effect the improvement of the conditions of life in the city, including the overcoming of social and environmental contradictions that impede the achievement of the ideals of citizenship.

Key words: Appropriation of nature. Socio-environmental vulnerabilities. Development. Space. Small towns.

1 Introdução

A contemporaneidade arraigada pelos fluxos globais de informação não permite àqueles que dispõem dos meios de acesso a esses fluxos desconhecer o drama semiperiódico, porém endêmico, dos viventes assolados por crises ambientais, políticas e econômicas nas cidades. Este quadro tem sido materializado no decorrer da história, principalmente, em países subdesenvolvidos, cuja soma de desigualdade social e formas de ocupação não planejadas dos recursos naturais resulta em fortes contradições e conflitos nas sociedades.

Nas cidades pequenas, cuja funcionalidade na rede urbana tende a situar-se na periferia das decisões que comandam as interações urbanas, conforme cada escala de relação econômica e social que se verifica, as possibilidades de períodos de crise intensificados por fatores ambientais como falta de água, poluição, inundações, crises de saúde pública, de empregos e até de isolamento econômico produtivo podem ser amplificadas.

Historicamente, as cidades pequenas exercem papel secundário nas decisões inerentes ao funcionamento da rede urbana. Tem-se observado, nos últimos decênios, entretanto, como tais cidades têm sido incorporadas à rede urbana, por sua modernização e pelo fluxos econômicos que por ela expandem o modo de produção capitalista. Este processo tem recebido, no discurso das elites econômico-políticas, a denominação de desenvolvimento, sobretudo quando essa modernização é marcada pela difusão de instrumentos técnicos de comunicação, transporte e logística.

Até que ponto, porém, este processo denominado de “desenvolvimento” tem garantido a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente, aquela de baixo poder aquisitivo, residente em cidades pequenas? Os processos de reestruturação urbana – como a produção de condomínios, prédios residenciais, ampliação dos setores do comércio e serviços, entre outros – que se verificam nessas cidades ilustram um dinamismo de produção de espaços urbanos diferente das cidades intermediárias e grandes, regidas pela lógica de mercadorização do espaço? Nesta guisa, como diferenciar, sob critérios, a pequena, média e grande cidade?

Acredita-se que a forma de apropriação da natureza, no cerne da reprodução do urbano em cidades pequenas, resulta da expansão de um discurso único

e global de crescimento econômico. A consequência mais direta desse processo é a expansão do modelo de urbanização mercadológica que se distingue pela força dos agentes econômicos hegemônicos em manipular os agentes públicos estatais na antecipação de suas demandas, perante os anseios sociais mais elementares, entre os quais destacam-se, neste trabalho, os anseios por sustentabilidade socioambiental e a superação das contradições socioeconômicas nas porções periurbanas das cidades.

A inseparabilidade entre o que é prioritário ao discurso único economicista e aquilo que preenche as condições de sobrevivência cotidiana das pessoas pode ser percebida no modelo de produção do urbano que se espraia, no presente, às cidades pequenas. Elas também têm sido efetivadas como um grande negócio, sendo as formas de apropriação da natureza não um meio para a sobrevivência humana e construção de condições dignas de vida, mas sim um mecanismo condicionante à reprodução do capital, o que aponta para uma aparente contradição, haja vista que as condições de sustentabilidade socioambiental, apontadas em diversos documentos e acordos mundiais, como fundamentais ao ambiente urbano, têm sido tardadas.

Destarte, tem-se como premissa que o desenvolvimento, numa perspectiva de totalidade social, só se materializa mediante o alcance de padrões satisfatórios de justiça social, conservação ambiental e eficiência econômica. Por conseguinte, que desenvolvimento se dá sem uma destas prerrogativas senão o desenvolvimento fictício? O “desenvolvimento” enquanto discurso do Estado? O “desenvolvimento puramente econômico” das empresas? O desenvolvimento tecnológico, endeusado com a ciência da informação órfã de uma compreensão e ação por uma realidade social justa no limiar do século XXI?

Este trabalho expressa as reflexões teóricas que fundamentaram a pesquisa de iniciação científica intitulada “Entre lemas e dilemas: desenvolvimento e vulnerabilidade socioambiental em cidades pequenas”. O objetivo geral deste artigo é contribuir para a continuidade das análises sobre cidades pequenas, fomentando os estudos sobre os paradoxos do discurso de desenvolvimento, observado a partir da produção do espaço, conforme a concepção crítica de apropriação da natureza e dos processos de vulnerabilidades socioambientais.

A análise foi baseada na abordagem sistêmica e no entendimento das relações socioespaciais na

cidade. O texto dispõe de ampla abordagem teórica, subsidiada por literatura pertinente aos temas tratados, quais sejam: apropriação da natureza, vulnerabilidades socioambientais, desenvolvimento, espaço e cidades pequenas. Como síntese das reflexões aqui apresentadas, o tardamento das políticas de sustentabilidade é uma marca do discurso paradoxal de desenvolvimento em tempos globalizados, sendo socialmente parcial em toda sua envergadura política e econômica.

O quadro de apropriação injusta da natureza e de vulnerabilidade socioambiental em cidades pequenas confere fortes indícios de que o processo de desenvolvimento, em via nas cidades, se trata de um modelo de produção socioespacial excludente ainda em voga no Brasil, consolidado perante o processo de urbanização mercadológico, e que, por isso, demanda revisão e mudanças no âmbito das políticas públicas, para efetivar a melhoria das condições de vida na cidade, incluindo a superação das contradições socioambientais que impedem o alcance dos ideais de cidadania.

2 Da apropriação da natureza como atividade essencialmente humana

O processo de apropriação, enquanto atividade essencialmente humana (CARLOS, 2011), é componente dialético da produção espacial e, portanto, pode ser interpretado a partir de diferentes enfoques. Da concepção crítica, têm-se importantes contribuições, como a interpretação lefebvriana (2008), para apropriação enquanto ato de tornar próprio e adequado ao uso sem, contudo, pautar-se na lógica da propriedade privada. Esta ideia fundada por Marx (2013) efetiva-se na crítica realizada por este quando analisa a transformação da natureza em mercadoria e sua apropriação pelos capitalistas. Neste caso, a natureza é objeto de exploração social desigual entre as classes que disputam o poder e o controle dos recursos da natureza, por meio do domínio das forças produtivas.

De forma complementar, considera-se a concepção apresentada por Harvey (1973) que, à luz da ideia de “apropriação justa”, identifica no processo de apropriação uma via em prol do benefício coletivo e, portanto, diferente da lógica capitalista de apropriação dos recursos naturais e da força de trabalho que Marx (2013) explica. Para tanto, o autor elucida que o processo não pode ser caracterizado pelo domínio da propriedade privada dos recursos naturais e do

espaço, sendo o uso coletivo da natureza e do espaço diferente de um processo de apropriação que promove a exploração desigual.

Unindo essas perspectivas, destaca-se a contribuição de Santos (2008), quando aponta a necessidade de considerar a história dos Homens sobre a Terra como um processo de rupturas entre os grupos sociais e seus entornos. Efetivando uma perspectiva sistêmica e crítica, esse teórico mostra que o processo é acelerado quando o ser humano se descobre como indivíduo e mecaniza o planeta para tentar dominá-lo. Precisamente, Monteiro (2001) analisa o processo de apropriação a partir da perspectiva sistêmica, com a qual reforça a necessidade de identificar as relações entre fatores antrópicos e naturais estruturalmente.

À luz desses pressupostos, acredita-se que os arranjos naturais – os solos urbanos, as margens de rios, as zonas costeiras do mundo tropical, entre outros –, reúnem dimensões distintas da vida social, especialmente as demonstrações de riqueza, pobreza, formas técnicas de uso dos solos, como casas, indústrias, pontes, prédios de vários pavimentos, estruturas precárias de saneamento, parques lindeiros, unidades de serviços e comerciais, além das formas de ocupação que exprimem em sua configuração socioespacial a resistência dos grupos socioeconômicos de menor poder aquisitivo ao modelo de produção do urbano, caracterizado por Corrêa (2011).

Sintetizando, segundo Santos (2008, p. 18)

Sem o homem, isto é, antes da história, a natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. *Una*, mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza é agora *unificada* pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas. Mas já não é a Natureza amiga, e o Homem também já não é seu amigo.

Com base nestas premissas, a questão da água fomenta um caso não raro atualmente. Acredita-se que as primeiras formas de vida tenham se desenvolvido nos oceanos, que abrangem cerca de 97% de toda água existente na Terra. A água é elemento basilar e insubstituível para a vida da maioria dos seres vivos (SUGUIO, 2006). Além disso, ela exerce diferentes funções abióticas, isto é, relacionadas com a modelação do relevo terrestre, com a circulação atmosférica e o processo de alteração e formação

das estruturas rochosas do planeta. A água doce, em especial aquela localizada nos rios e lagos da Terra (0,01% de toda água), tem grande importância para as sociedades, haja vista seus múltiplos usos. Sua inadequada utilização gera, todavia, quadros de insustentabilidade, o que impõe riscos à manutenção dos vários usos sociais da água – da agricultura até o abastecimento urbano (SUGUIO, 2006).

A questão hídrica nas áreas urbanas, a exemplo, ilustra um estado de crise civilizacional, mas, considerando a irregular distribuição da água na superfície da Terra, o elevado grau de contaminação de mananciais – como lagos e rios – além das diferenças de poder aquisitivo entre os grupos sociais e as dificuldades de acesso e distribuição da água nas cidades, que realidade social estaria se efetivando senão a de um caos socioambiental já efetivo nos espaços subestruturados e densamente ocupados, dispostos nas cidades?

Como exemplo, as grandes civilizações do passado (tais quais egípcios e mesopotâmicos) floresceram e eivaram próximas a grandes rios. Na atualidade, os presságios de que a valorização da água a torne o “ouro” do século XXI são anúncios de um dos grandes desafios da sociedade global pós-moderna: a contenção das proporções trágicas de uma crise difusa e transfronteiriça de água (SUGUIO, 2006). Vale lembrar as discórdias já intensificadas pela ausência desse recurso em regiões rurais e urbanas da América, Ásia e África. Registra-se com veemência, porém, que a atual ausência da água em estado ideal de consumo, em distintos lugares, é parte do processo insustentável de sua apropriação injusta entre agentes econômicos hegemônicos, Estados, Nações e grupos sociais excluídos e ou com baixa representatividade e direitos.

Acredita-se que uma concepção espacial do processo de apropriação injusta da natureza no urbano possa acrescentar contribuições. Na dinâmica das cidades, a natureza é concebida ora como substrato para as ocupações humanas, barreira a ser superada, ora como elemento de valorização, amenidade urbana, com fins mercadológicos. Este panorama expressa uma aparente contradição, na qual se identificam espacialidades socioeconômicas representativas de dois processos indissociáveis, porém paradoxais no urbano: o desenvolvimento econômico e restrito aos grupos sociais dominantes e a vulnerabilidade socioambiental como dispositivo amplificador da segregação socioespacial.

3 Das vulnerabilidades socioambientais como forma indissociável do insustentável modelo de urbanização mercadológico: eis o desenvolvimento para as cidades?

Para Soja (1993) a reestruturação urbana, num sentido ampliado, indica uma freada em processos de pensamento e organização socioespacial da cidade para outro direcionamento. Ele trata de desconstrução e reconstituição, desmoronamento e reconstrução de práticas e objetos que dirigem o local em direção ao mundial. O modelo de urbanização mercadológico enraizado na sociedade brasileira não expressa, em sua efetividade, a produção de espaços sustentáveis na cidade, uma vez que nestes processos não se prioriza a produção de espaços comuns e, tampouco, o benefício dos segmentos sociais menos privilegiados. Trata-se, na verdade, de um modelo amplamente seletivo, que reforça desigualdades e inspira modos de crescimento urbano acelerado nas periferias que se tornam, por sua vez, espaços híbridos. Nesses espaços, coexistem com evidentes divisões socioeconômicas, o conjunto residencial popular, o condomínio de luxo e a área de ocupação, dita irregular e carente dos serviços sociais básicos.

Observando este quadro e refletindo sobre ele, claramente identificado nas cidades intermediárias e grandes metrópoles do mundo subdesenvolvido, vê-se que as cidades pequenas na América Latina concentram áreas que têm sido, apenas na história recente, objeto de preocupação dos legisladores, planejadores das redes urbanas, bem como dos especuladores imobiliários para os quais estas se tornam objeto do interesse globalizado do mercado imobiliário e da própria política de inserção global para a qual se lançam os Estados, buscando articular seus centros urbanos.

Tal preocupação constitui, contudo, um processo de expansão de redes globais que viabilizam – por intermédio da produção, distribuição, circulação e consumo – o fluxo de mercadorias, capitais e de informações, elementos fundamentais para a expansão dos empreendimentos. A reunião de tais processos nas cidades pequenas tende a impulsionar os distintos mercados, inclusive o das terras urbanas, contribuindo para a expansão desses pequenos centros. Este fato, que não expressa apenas um dado especulativo, demonstra uma redinamização das redes urbanas que ativa processos de apropriação da natureza

nas cidades pequenas, corroborando a expansão do modelo de urbanização mercadológico e tudo que nele possa justificar o discurso de desenvolvimento que tomam para si as lideranças políticas, sejam elas nacionais, regionais e ou locais.

Por isso, uma análise espacial da sociedade urbana, como realiza Lefebvre (2008), é relevante para elucidar o modelo de cidade que, de fato, vem sendo produzido na modernidade, legitimado no discurso de desenvolvimento. Concordando com Carlos (2011) e tratando o espaço como uma categoria de análise central, concebe-se-o como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações configurados em conformidade a um dado tempo histórico (SANTOS, 2006). Nestes termos, as cidades pequenas têm sido apropriadas e inseridas no processo de (re)produção do urbano capitalista, integrando-se de forma mais intensa às redes urbanas, não apenas como núcleos de consumo mas também como locais da produção, da distribuição e da circulação, isto é, como formas necessárias para a realização do capital.

Para analisar essas áreas, torna-se viável o estudo do espaço, das alterações que se processam no âmbito das cidades pequenas, adotando uma proposta que, embora identificada numa escala local, compreende relações com agentes e fluxos de múltiplas escalas e que, por isso, aproxima-se de uma apreensão coerente com a totalidade das relações correntes. Acredita-se na proposição de Santos (2012) em analisar a totalidade do espaço a partir das categorias *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*. As *formas* presentes no espaço, “são o aspecto visível de uma coisa” (SANTOS, 2012, p. 69). Uma casa, o condomínio, a igreja, o prédio do mercado, a propriedade rural. Trata-se do arranjo ordenado de objetos. Estas formas recebem da sociedade uma *função*, que é a atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a forma (SANTOS, 2012). A casa é utilizada como secretaria de governo, já o prédio do mercado serve como museu. Assim, a cidade, como um todo, também pode compreender uma forma e ter sua função reestruturada. A natureza histórica da produção do espaço da cidade será dada pela inserção da forma e da função na *estrutura* social que consiste na “inter relação de todas as partes de um todo; o modo de organização” (SANTOS, 2012, p. 69). Já *processo* é uma ação que se dá, via de regra, de maneira ininterrupta o que implica temporalidade e mudança (SANTOS, 2012).

Nesse entremeio, a produção do espaço em cidades está associada à produção histórica de fortes desigualdades socioespaciais (vejamos as cidades brasileiras, por exemplo), ampliando um cenário de crise que protagoniza, em vários recortes de paisagem, uma mistura de riqueza e pobreza, apropriação privada e apropriação socializada, a busca pela sobrevivência e a busca pelo lucro, a criação de casas populares e o desenvolvimento de megaprojetos capitalistas, como ressalta Carlos (2007, p. 84), ao explicar que “o espaço não é produzido apenas em função das condições de reprodução do capital, (sic) mas também em função das condições de reprodução da vida humana”. As cidades pequenas não podem ser desconsideradas, pois se trata do novo front do urbanismo imobiliário.

As intervenções produzidas, portanto, pelo Estado, grandes empresas e ou grupos sociais de pequeno poder político econômico são realizadas no solo urbano, tornado-o suporte ecológico da reprodução da lógica de estruturação capitalista da cidade, o que implica o cumprimento de funções no todo urbano, inclusive, a de concentrar processos de segregação social e conduzir mecanismos de promoção de vulnerabilidades socioambientais. A apropriação da natureza, neste processo, não está restrita às periferias urbanas que são estendidas na direção do rural mas também ocorrem no centro. Conforme indica Corrêa (2011), a segregação urbana envolve uma gama de implicações sociais, econômicas, tecnológicas, culturais e políticas que estão diretamente vinculadas à condição espacial, da qual não é possível descartar a dimensão ambiental. Neste sentido, os problemas urbanos relativos à poluição dos rios e do ar, à escassez de água, à precarização do saneamento, às inundações, entre outros, são externalidades de um modelo de urbanização insustentável, insistentemente tardado nas políticas públicas, pelo discurso de desenvolvimento, e não limitados aos setores periféricos, embora tais problemas sejam aspecto amplificador da precária qualidade de vida nos setores urbanos ocupados pelas classes sociais mais pobres.

Esta precariedade se torna mais clara quando se pensa em ambientes de fragilidade ambiental, apropriados na reprodução paradoxal no urbano. Cite-se o caso das margens de rios, analisadas por Aragão (2017), nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Limoeiro e São Lourenço da Mata, todas no estado de Pernambuco. Nelas, os processos de vulnerabilidade socioambiental densificam a segregação

socioespacial mediante as repercussões ambientais das formas indistintas como os ambientes ribeirinhos são apropriados, causando, dialeticamente, estados processuais marcados pela crescente vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2007) a que estão expostas as classes de menor poder aquisitivo, contraditoriamente à valorização que recortes destes ambientes recebem quando incorporados em projetos imobiliários ou de revitalização urbana subsidiados pelo Estado.

Se, por um lado, no modelo de urbanização mercadológico, o espaço urbano é marcado pela segregação socioespacial – atualmente, não mais limitada pelo binômio centro-periferia, seja na grande metrópole, seja na cidade pequena – é preciso reforçar, por outro lado, que a elucidação da centralidade da questão ambiental nas políticas de desenvolvimento torna real a necessidade de observar, consorciadamente, a vulnerabilidade socioambiental como um agravante dos processos segregadores (ARAGÃO, 2017).

As cidades pequenas ilustram de forma peculiar esta realidade e distinguem-se das cidades intermediárias e grandes por três aspectos elementares: a) sua extensão constitui dado relevante e aparenta menor complexidade, quando observadas a quantidade de ocupações urbanas e populações propensas às crises ambientais e socioeconômicas nas cidades; b) a baixa representatividade política e econômica destas cidades externa a vulnerabilidade das forças políticas locais em conter ou reverter processos acelerados de produção espacial, dada sua submissão aos ordenamentos externos; e c) a atratividade que estas cidades oferecem, perante as acentuadas crises das grandes e médias cidades, permite ao governante e segmentos sociais a possibilidade de, por meio de uma governança participativa e responsável com os anseios sociais fundamentais, aproximar o discurso de desenvolvimento do que realmente importa à cidadania, isto é, uma cidade minimamente vulnerável para os cidadãos.

Assim, convém aprofundar o que é vulnerabilidade bem como esta se torna, associada à dimensão ambiental, um aspecto indissociável do paradoxal discurso de desenvolvimento que materializa o projeto urbano mercadológico de forma intensa em cidades pequenas. Existem tantas definições de vulnerabilidade quanto existem tipologias do que seja vulnerabilidade no mundo de hoje (MENDONÇA, 2004). Conforme a Organização das Nações Unidas, por meio de seu Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (ONU-PNUD, 2014), entende-se por vulnerabilidade

la exposición al riesgo y la gestión del mismo, incluidos el asegurarse contra un acontecimiento adverso y la diversificación de los activos e ingresos. [...] ha adoptado un enfoque más amplio y se han enfatizado las estrechas relaciones entre la reducción de la vulnerabilidad y el fomento del desarrollo humano (ONU-PNUD, p.1, 2014)

Para a ONU, a concepção de vulnerabilidade tem a ver com a susceptibilidade de algo não desejado acontecer, como um furacão, terremoto ou enchente, uma grande crise econômica que gere desemprego em massa, crises sanitárias, conflitos civis, uma grave epidemia patológica, entre outros (ONU-PNUD, 2014). Ocorre que, no mundo atual, desenhado a sangue e conquistas tecnológicas e científicas, tudo se torna vulnerável. Ela está onipresente. Neste sentido, a vulnerabilidade seria o ônus de um mundo artificializado? Segundo o PNUD (2014), a vulnerabilidade está diretamente relacionada com as condições socioeconômicas da população, sendo mais visível com aqueles que vivem na extrema pobreza. Em certos momentos, dadas as circunstâncias demográficas, políticas e ou ambientais, a vulnerabilidade pode ser intensificada¹.

1 Aquellos que viven en la extrema pobreza y la escasez se encuentran entre los más vulnerables. Pese a los progresos recientes en la esfera de la reducción de la pobreza, más de 2.200 millones de personas que se encuentran en situación de pobreza multidimensional o cerca de ella. Esto significa que más del 15 % de la población mundial sigue siendo vulnerable a la pobreza multidimensional. Al mismo tiempo, casi el 80 % de la población mundial no cuenta con una protección social integral. Alrededor del 12 % (842 millones) de la población padece hambre crónica y casi la mitad de los trabajadores (más de 1500 millones) tienen empleos informales o precarios. A las personas con capacidades básicas limitadas, en esferas como la educación y la salud, les resulta más difícil llevar las vidas que desean. Las barreras sociales, así como otras formas de exclusión, pueden restringir sus opciones. En conjunto, las capacidades limitadas y las oportunidades restringidas les impiden lidiar con las amenazas. En algunas etapas del ciclo de vida, las capacidades pueden verse frenadas al no realizar las inversiones adecuadas o prestar la atención necesaria en ciertos momentos, lo que hace que pueda aumentar o intensificarse la vulnerabilidad. Entre los factores que condicionan cómo se perciben y afrontan los eventos adversos y los retrocesos se cuentan las circunstancias relacionadas con el nacimiento, la edad, la identidad y la posición socioeconómica; circunstancias sobre las cuales los individuos tienen un control mínimo o inexistente (PNUD/ONU, 2014, p. 2).

4 Cidades pequenas na (re)produção do urbano em tempos globalizados: caminhos teóricos e metodológicos

A compreensão de como o espaço² é operacionalizado e, ao mesmo tempo, condicionador das relações sociais, reunindo diferentes classes sociais, permite analisar as contradições da sociedade derivada do capitalismo nas cidades. Incluem-se nesse bojo as cidades grandes, médias e pequenas, tendo em vista que, independentemente da extensão e conteúdo de sua forma (ou seja, o tamanho da cidade em área, sua população absoluta, sua função econômica etc.), sua natureza será moldada pela lógica espacial de produção capitalista.

Ao mencionar a lógica de produção do espaço no capitalismo atual, considera-se a análise de Carlos (2011, p.15) que diz ser esta uma

possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, que, sob a égide da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital.

Diante das limitações inerentes ao próprio capital, o processo de produção espacial nas cidades tende a criar circunstâncias limitadoras à acumulação capitalista, como por exemplo, na reivindicação de sindicatos, por maiores salários; na escassez de água para a produção de mercadorias em empresas, devido à poluição de mananciais etc. Nesses casos, o próprio capital tende a transgredir esses cenários de crise, utilizando táticas conhecidas ou inovadoras, como, por exemplo, a oferta de programas sociais, por meio do Estado, para a classe trabalhadora, a aplicação de técnicas de reaproveitamento de água ou a simples mudança de endereço da fábrica para outra cidade, região, país etc.

2 Dentro da concepção defendida por Ana Fani Alessandri Carlos, o espaço pode ser entendido como condição, meio e produto das relações sociais de produção (CARLOS, 2011). É, portanto, intangível conceber que qualquer sociedade se desenvolva a - espacialmente. Nesta perspectiva, acredita-se que uma análise espacial da sociedade seja relevante ao objeto em estudo, assim como as cidades pequenas possam exemplificar a atualidade desta proposição.

Na interface de um espaço urbano complexificado, como ilustra Lefebvre (2008), a reunião de lutas e interesses multidimensionais transcendem, na atualidade, o urbano, quando se considera especialmente a morfologia das cidades. É de Lefebvre (2008, p. 75) a concepção de que

O fenômeno urbano, tal como se oferece à análise atualmente (ou, se se prefere, tal como resiste a ela) depende de noções metodologicamente já conhecidas: dimensões, níveis. Essas noções permitem introduzir uma certa ordem nos confusos discursos concernentes à cidade e ao urbano, discursos que misturam textos e contextos, níveis e dimensões.

Advém desta abrangência real e teórica a complexidade defendida por Lefebvre (2008) a respeito do urbano. Sua existência não é limitada, pois, por nenhuma ciência, natural ou social. Qual seria, contudo, a particularidade desses processos no caso da pequena cidade capitalista situada no mundo subdesenvolvido, à luz dos pressupostos até aqui levantados? Em primeiro lugar, acredita-se que a pequena cidade já é uma célula constituída e integrada a toda dinâmica do capital que é, conforme Harvey (2011), o sangue que flui nas sociedades cujo sistema socioeconômico é o capitalismo. São muitos os estudos, em nível internacional, que propõem a reflexão sobre a cidade pequena.

Dentre os mais conhecidos, figuram Bell e Jayne (2006), com a publicação do livro "Small Cites: Urbana experience beyond the metropolis"; o periódico de Portugal "Cenários", com artigos publicados no ano de 2006, que discutem pequenas e médias cidades; um artigo da African Studies Quarterly, de Owusu (2005), intitulado "Small Towns in Ghana: Justifications for their promotion under Ghana's Decentralisation Programme", sobre a importância do crescimento das cidades pequenas como algo favorável à desconcentração populacional nas grandes áreas urbanas; trabalho semelhante a este último, feito por Min (1990), asiático que publica o artigo "Growth of Small and Intermediate Cities in Korea" (1975-1980)³.

3 Além destes trabalhos, citam-se os esforços de estudiosos brasileiros como Endlich (2009) com o livro "Pensando o papel e significados das pequenas cidades", Corrêa (1999) com o artigo "Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades" e Santos (1982) no livro "Espaço e Sociedade" no qual analisa as cidades locais (concebidas em coerência a uma noção conceitual de cidades pequenas). Além destes, Maia (2015) aponta importantes trabalhos sobre

Esses autores inferem na cidade pequena, uma menor, todavia, não menos importante intensidade de fluxos econômicos, demográficos e de circulação de informações e mercadorias. Os mesmos autores ainda destacam aspectos ligados às regiões de influência cujas áreas são menores, sendo as cidades pequenas submissas às cidades intermediárias e grandes na rede urbana. Este aspecto, contudo, é relativizado, tendo em vista que a realização da vida cotidiana das cidades efetiva-se a partir da combinação de processos ordenados em distintas escalas, do local ao global, materializando-se no campo das relações sociais, na produção de um espaço urbano marcado por contradições.

Um caminho teórico para esta ação prática é a identificação de problemas socioambientais em áreas implicadas por processos de segregação socioespacial. A assimilação de contextos de vulnerabilidade relacionados a problemas socioambientais – como áreas de ocupação em áreas de risco de deslizamento, inundação e ou proliferação de vetores (tais quais ratos, baratas, moscas, caramujos etc.) – é característica de espaços periurbanizados ou não, marcados pela segregação socioespacial, como indicam Aragão e Souza (2017), em estudo sobre a cidade de Esperança-PB; Aragão (2017), em estudo já mencionado; e Silva e Spósito (2013). É preciso, entretanto, frisar a existência de outro problema, desta vez metodológico e relacionado aos critérios de definição para cidade pequena.

Estudos, como o de Santos (1982), que abrangem critérios além do populacional, passam a propor classificações diferenciadas daquelas que se apoiam em dados quantitativos, observando a cidade a partir de sua funcionalidade dentro de um movimento histórico que relativiza a própria metodologia de classificação e, diferentemente de Christaller (1933), dá notoriedade aos agentes sociais atuantes na (re) produção dos espaços urbanos. Segundo Maia (2015), a adjetivação de “pequena” para cidade está relacionada a seu tamanho, mesmo que este tamanho seja referente a sua função na rede ou hierarquia urbana. A mesma autora explica que, tradicionalmente, o critério populacional é considerado quando, por exemplo, se define cidade pequena como aquela com

menos de 20.000 habitantes, sendo, a propósito, concepção adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e pela maioria dos estudos que versam sobre o assunto.

Neste trabalho, concorda-se, todavia, com o pensamento de Santos que, em 1982, no livro Espaço e Sociedade, chamava a atenção para um fenômeno tão importante quanto o da macrocefalia das grandes cidades do mundo subdesenvolvido. Dizia ele: “vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das cidades locais que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente” (SANTOS, 1982, p. 69). O autor utiliza a terminologia “cidades locais” em vez de cidades pequenas. E argumenta, explicando que “aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa” (op. cit.69-70).

Por este prisma, torna-se conveniente, em países como o Brasil, pensar as numerosas cidades locais a partir do que as diferenciam, parafraseando Santos (1982), a sua funcionalidade. Esta é configurada para servir às necessidades da atividade primária, para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço, seja atendendo a um setor industrial emergente, seja a um sistema de serviços, seja fornecendo o contingente populacional para as grandes metrópoles.

Com base nisso, evidencia-se a preocupação de Santos (1982) em contextualizar as cidades, aqui denominadas pequenas, não pelo número de seu contingente populacional, mas pelas transformações espaciais inerentes à modernização tecnológica e produtiva, coerente ao movimento da economia globalizada. E é seguindo essa perspectiva que Santos (2013) aponta a impossibilidade de compreender a rede urbana na qual as modernizações produtivas ocorrem, inclusive dialogando com o campo, a partir do tamanho das cidades, uma vez que, segundo o autor, cada cidade se torna diferente da outra (SANTOS, 2013).

Isto não implica, contudo, no abandono dos critérios quantitativos. Implica deveras em sua reavaliação, tendo em vista a definição de cidades pequenas, médias e grandes. Em trabalho divulgado na Revista Brasileira de Geografia de 1946, Moacir Silva já apresentava como usual a definição de cidade pequena como aquela de população inferior a 10, 20 ou 30 mil habitantes. Além disso, o autor apresentava, nesse

cidades pequenas, indicando a extensão do assunto em ciências como a Geografia. Merecem destaque o trabalho sobre Vilas e cidades, de Azevedo (1957); o livro “O espaço fora do lugar” de Silva (1978);,além dos estudos sobre cidades pequenas, de Clementino (1996) e Fresca (2001).

trabalho, exemplos de vários países, muitos dos quais (Itália, Inglaterra, Holanda e França), diferentemente do Brasil, apresentavam tendências de crescimento bem diferenciadas daquela observada a partir da década de 1970, com o rápido crescimento demográfico, aumento das populações das cidades existentes e surgimento de novas cidades no território brasileiro.

Os dados da tabela a seguir (Tabela 1) auxiliam na compreensão de que os parâmetros quantitativos adotados, desde o segundo quartel do século XX, no Brasil, precisam ser atualizados, sobretudo devido ao aumento das populações urbanas, ao crescimento numérico das cidades e às mudanças ocorridas na rede e hierarquia urbanas brasileiras. Não é forçoso lembrar que, além dos parâmetros numéricos de classificação, coexistem critérios de distribuição das cidades, quais sejam; econômicos (cidades portuárias, cidades comerciais, cidades industriais, cidades campo); urbanístico (pelo plano da cidade, pelos serviços públicos prestados); sociais (serviços de saúde, de ensino, de comunicação); administrativos (cidades capitais, cidades sedes regionais, cidades sede de serviços e arranjos econômicos); entre outros.

No período de 1950 a 2010, ocorre um intenso processo de variação, seja nos quantitativos de cidades por faixa de população, seja na quantidade de população por faixa populacional. Na faixa de 20.001 mil a 50 mil habitantes, geralmente aplicada para inserir as cidades pequenas, o número de cidades tem crescimento de destaque de 64, no ano de 1.950, para 583, no ano de 2010. Apesar de crescimento mais modesto (de 32 para 433 cidades), as cidades com mais de 50 mil habitantes apresentam aumento semelhante no total populacional da faixa, crescendo de mais de 8 milhões para cerca de 98,8 milhões de habitantes.

Esses dados comprovam mudanças significativas na quantidade da população brasileira e em sua distribuição por tamanho de classe populacional. Associando essas às transformações estruturais evidentes na organização atual do território, faz-se necessária uma classificação de cidades que seja abrangente a ponto de abarcar tanto os dados estatísticos quanto a influência e a organização social das cidades, fomentando uma classificação mais flexível e sistemática das cidades.

Tabela 1– Número de cidades e população nos censos demográficos por tamanho da população

Brasil														
Classes de tamanho da população	Variável X Ano													
	Número de cidades (Unidades)							População nas cidades (Pessoas)						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total	1.887	2.764	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565	16.278.109	28.540.752	47.540.991	72.066.333	98.518.438	123.460.941	143.792.645
Até 500	43	93	174	65	34	93	50	15.851	33.698	63.427	25.391	14.351	34.587	18.956
De 501 a 1.000	255	370	620	330	205	292	234	198.062	287.230	466.408	257.520	164.063	221.178	181.891
De 1.001 a 2.000	560	705	940	789	678	791	663	808.107	1.035.053	1.367.571	1.168.089	1.029.209	1.185.752	1.004.739
De 2.001 a 5.000	595	867	1.111	1.203	1.385	1.617	1.579	1.822.371	2.719.088	3.523.555	3.920.417	4.612.129	5.301.052	5.250.699
De 5.001 a 10.000	230	358	516	692	904	1.095	1.160	1.593.523	2.489.955	3.603.974	4.883.706	6.399.411	7.793.458	8.233.278
De 10.001 a 20.000	108	199	288	416	600	755	863	1.505.502	2.780.212	4.061.827	5.734.546	8.461.872	10.562.575	12.144.161
De 20.001 a 50.000	64	104	189	295	394	476	583	1.900.473	3.283.835	5.818.078	9.123.565	12.541.645	14.575.035	18.150.079
Mais de 50.000	32	68	114	201	291	388	433	8.434.220	15.911.681	28.636.151	46.953.099	65.295.758	83.787.304	98.808.842

Fonte: Banco de dados agregados do IBGE, tabela 1290, 2017.

Neste ínterim, a proposta do IBGE, de classificação das cidades a partir das zonas de influência, parece abrangente, uma vez que não descarta o elemento quantitativo, indicando os populacionais através de medianas associadas aos níveis de centralidade de cada cidade. Segundo o IBGE (2008, p. 11), nesta classificação “privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços”⁴.

Com base nesses fundamentos, concebe-se que a posição que as cidades pequenas ocupam na hierarquia urbana (a abrangência de seu papel ou função), na divisão territorial do trabalho e a centralidade da gestão que nelas se dá, sejam aspectos que diferenciam essas cidades daquelas consideradas médias e grandes. De um modo geral, as cidades pequenas interligam-se à lógica central do capital. Por isso, as cidades pequenas reproduzem, em escala diferenciada, as mesmas características embrionárias da grande cidade capitalista, embora possam compor uma tarefa específica, seja de produção industrial, rota de comércio ou prestação de serviços, no todo da divisão territorial do trabalho. Como num tabuleiro de xadrez, estas cidades podem se tornar áreas interessantes ou estranhas ao capital, a depender das reais condições oferecidas pela conjuntura espacial que varia no tempo em consonância às técnicas disponíveis, aos arranjos da política e a ligação destas aos meios de produção, matérias-primas e material humano (consumidor e produtor) disponíveis.

Tem-se, pois, que cada cidade constitui, numa dada estrutura espacial, uma porção com particularidades no sistema produtivo. Estas particularidades não lhe são congênicas, postas às imposições dos níveis externos que as influenciam e que, diante da dualidade governo X capital, em países capitalistas como o Brasil, refletem muito mais as condições de operacionalidade necessárias ao capital. Assim, são as cidades pequenas impulsionadas a um crescimento de padrão externo e, raramente, com preocupações socioambientais. Trata-se, também, de uma evidência da contraditória relação entre o interno e o externo, explicada por Santos (2012).

Com isso, tem-se que, a partir de sua história recente, o espaço urbano contraditoriamente globalizado é cada vez mais “integrado” às classes mais exploradas, no que tange à produção ditada pelo e para o lucro, e dessas classes “fragmentado”, do ponto de vista social, (SANTOS, 2007), verificando-se neste bojo a supremacia do capital e sua capacidade de reorganização extensiva e incontável, não excluindo nenhuma área que possa de alguma forma ser-lhe sociometabolizada e rentável (MESZÁROS, 2011), inclusive, as cidades pequenas.

5 Vulnerabilidades e desenvolvimento: paradoxos e possibilidades de superação em cidades pequenas

A cidade pequena é entendida neste trabalho como um núcleo da produção, consumo, distribuição e circulação capitalista globalizada, assim como *locus* da reprodução das formas de vida de pessoas e do sociometabolismo do capital (MESZÁROS, 2011). A depender de seu papel na hierarquia urbana (que não é estático), tem uma função definida pela produção e para ela (CORRÊA, 2015), aspecto que a distingue das cidades do entorno, atribuindo-lhe centralidade. É também espaço objeto do discurso de desenvolvimento que se demonstra limitado tão logo conferidas as contradições socioambientais materializadas em distintas porções das cidades pequenas, mas, especialmente, nos setores periurbanos de crescimento desordenado, em que vivem pessoas de baixo poder aquisitivo. Nem a proximidade do centro nem o discurso de desenvolvimento resolvem sozinho as carências infraestruturais e socioambientais a se reproduzir escancaradamente nas pequenas cidades.

Essas carências não constituem um grupo homogêneo de espaços urbanos. Suas dinâmicas, a depender dos critérios estabelecidos, podem ser agrupadas e delimitadas, constituindo um objeto de estudo coeso. O discurso de desenvolvimento nestas cidades é marcado, historicamente, pela ampliação dos setores econômicos em países subdesenvolvidos, como o Brasil, não havendo preocupação equivalente com o modelo de crescimento dos direitos humanos no urbano, conservação dos recursos ambientais e diminuição das desigualdades constituídas ao longo do tempo da gênese dos núcleos urbanos até o presente.

Os avanços alcançados a partir da década de 1980, por incursões teóricas críticas oriundas da Geografia, da Ecologia, da Política, da Sociologia, entre outras ciências, têm ampliado os horizontes de enten-

4 Segundo o IBGE (2008), as cidades apresentam-se em cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis (item Metodologia, Estudo atual), a saber: 1. Metrôpoles; 2. Capital regional; 3. Centro sub-regional; 4. Centro de zona; e 5. Centro local.

dimento sobre vulnerabilidade e desenvolvimento, relacionando-os às questões sociais (socioambientais). Conforme Wisner *et al.* (2004), Beck (1992) e Aledo e Sulaiman (2014), o início dos questionamentos, em relação às visões tecnocráticas sobre os desastres naturais e à questão do risco, mediante o papel da vulnerabilidade social na formação dos riscos socioambientais e a insuficiência das soluções tecnocráticas de gestão para os problemas enfrentados, são indícios desta reorganização analítica.

Esta forma de pensar a vulnerabilidade também é forçada pelo aumento de casos classificados como desastres naturais em todo o mundo, inclusive no Brasil (Tabela 2). Conforme o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (CEPED, 2012), desde 1990, mais de 96 milhões de pessoas foram afetadas por desastres no país; destes, totalizados 31.909, houve casos gerados por: estiagem (16.944); inundação brusca (6.771); inundação gradual (3.673); vendaval ciclone (2.249); granizo (1.369); e outros tipos (903).

Tabela 2 – Pessoas afetadas por desastres naturais no Brasil por região desde 1990

Região brasileira	Número de ocorrências	Pessoas afetadas
Nordeste	12.851	43.031.112
Sul	10.716	22.586.526
Sudeste	6.418	21.798.462
Norte	1.117	3.318.856
Centro Oeste	807	5.731.157
Total	31.909	96.220.879

Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais – volume Brasil, CEPED, 2012.

Registra-se que, em nível regional, o Nordeste concentrou, nesse período, o maior número de ocorrências (12.851) e pessoas afetadas (43.031.112 pessoas). O descarte dos fatores sociais perante esses números vem sendo cada dia mais desconsiderado, haja vista sua ligação direta para as explicações sobre a vulnerabilidade, assim como para a distribuição espacial de tais acontecimentos.

Com base em Aledo e Sulaiman (2014), a visão de vulnerabilidade que se propõe a partir de então considera os desastres como fenômenos socioambientais (sociedade + natureza), sendo compostos também por fatores sócio-históricos, portanto. Além disso, os efeitos se distribuem de forma desigual, conforme os aspectos socioeconômicos da população no tempo e no espaço. Acredita-se, também, que o encadeamento de cada momento histórico dispõe de um componente espacial expresso, manifestadamente, por meio de ações políticas, da forma de organização social no território e das atividades econômicas que compõem cada lugar e seu cotidiano. Em conformidade a esta linha de raciocínio, crê-se, pois, numa perspectiva de vulnerabilidade contextualizada à sociedade e sua composição cultural, política e econômica (WISNER, *et al.*, 2004).

Desde as origens da filosofia grega, conforme Chauí (2004), o homem questiona a realidade e busca sua compreensão a partir da superação da ideia mitológica. Busca-se compreender a natureza a partir das necessidades naturais da sociedade e de leis universais, reflexo das contingências e deliberações sociais, sejam elas vindas da “cabeça” ou da interface com o mundo real, como, por exemplo, observa-se em Aristóteles, em sua obra *Política*, e Epicuro, em sua *Carta sobre a felicidade*.

Como exemplo, apresenta-se um dado recente de uma instituição internacional sobre a água no mundo. Segundo o Banco Mundial, cerca de oitenta países encaram graves problemas por falta ou escassez de água na atualidade. Tunísia, Arábia Saudita, Iêmen, Egito, Marrocos, Omã, Etiópia, Síria, África do Sul e Haiti estão entre aqueles países com grande deficiência hídrica. Consoante a isto, se observa um crescimento demográfico nestas áreas, o qual não expressa por si só a causa, posto que em outros países grandes contingentes populacionais são abastecidos com água, até em regiões desérticas, mas tal crescimento configura dado de extrema preocupação, pois ocorre em áreas de extrema vulnerabilidade e escancaradamente desprivilegiadas pelas políticas de

desenvolvimento (ou agentes de desenvolvimento) do mundo globalizado.

Tal cenário não é diferente nas cidades que já aglomeram mais da metade da população do planeta. Mediante o espaço reduzido, a degradação dos rios, ocupação de áreas de grande instabilidade geomorfológica, como os morros, mais o forte adensamento populacional e concentração de atividades que também demandam água, averigua-se a difícil reversibilidade da urbanização, cujo movimento é cada vez mais intenso e complexo, bem como a necessidade de não limitar a análise à vitimização das populações de baixa renda, ou pior, sua culpabilidade pelos problemas socioambientais nas cidades.

Tal realidade é muito visível quando discutida a partir da perspectiva da vulnerabilidade socioambiental “que há nas cidades formais e informais”. Nestas, os riscos relacionados aos impactos produzidos sobre a natureza pela sociedade de classes são muito mais sentidos em áreas ocupadas pela população de baixa renda, como as favelas, os cortiços, os assentamentos ilegais, entre outros. Este fato rechaça a relevância de considerar os distintos processos de apropriação da natureza, especialmente aqueles marcados pela insustentabilidade e pela dominação privada dos benefícios, externando para a maioria da população os resultados negativos destas apropriações. Assim, os eventos extremos da natureza, como as enchentes e os deslizamentos, refletem não apenas a força e velocidade da natureza mas as condições de vulnerabilidade resultantes de processos sociais de produção de espaços e luta pela vida.

A cidade informal é, nessa perspectiva, subproduto vinculado contraditoriamente à cidade formal, desenvolvida. Ambas são, portanto, interdependentes, e suas relações são legitimadas pela lógica que produz e reproduz a cidade capitalista. A urbanização mercadológica, que possui suas estratégias e agentes sociais em ambas as formas de cidades, não suprime a natureza em sua totalidade, mas a utiliza, manipula-a ideologicamente e estruturalmente, como elemento de valorização de suas mercadorias, qual seja o “belo edifício” às margens do rio, o apartamento “com vistas para o mar” ou o condomínio “no contato com a natureza”, embora não tenha compromisso com a natureza para a cidade. Com base nisso, estaria a definição de vulnerabilidade atrelada, outrossim, às susceptibilidades de grupos sociais de menor poder aquisitivo a fenômenos extremos? Segundo Confalonieri (2003, p. 200),

o conceito de vulnerabilidade social de uma população tem sido utilizado para a caracterização de grupos sociais que são mais afetados por estresse de natureza ambiental, inclusive aqueles ligados ao clima. Os principais conceitos da vulnerabilidade têm vindo da comunidade científica que estuda os efeitos e a prevenção de impactos dos chamados desastres naturais. Assim é que Blaikie *et al.* (1994) definiram vulnerabilidade como as “características de uma pessoa ou grupo em termos de sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se dos impactos de um desastre [...]”.

Apesar de não recusar tal concepção, vê-se que a vulnerabilidade social ou, se preferir, socioambiental, não é independente dos processos sociais que a condicionam. Ainda que esteja explicitamente relacionada aos grupos mais pobres, a vulnerabilidade produzida no mundo atual não escolhe classe nem se limita socialmente, tampouco exclui responsabilidades e agentes envolvidos direta e indiretamente. Quantas vezes, grupos de grande poder aquisitivo padeceram perante as crises econômicas registradas nas últimas décadas? Todos estão passíveis à vulnerabilidade moderna, mas esta se expressa de forma mais intensa, qualitativamente e quantitativamente, para aqueles desprovidos de segurança ambiental e socioeconômica, independentemente do discurso de desenvolvimento que se reproduza.

Assim, é preciso questionar que modelo de desenvolvimento, o estritamente e ou prioritariamente econômico, promove tais dissonâncias em países como o Brasil. Diferentemente da concepção de desenvolvimento defendida por Sachs (2008), que fala sobre desenvolvimento sustentável incluyente, este modelo de desenvolvimento, efetivado nas cidades pequenas, reproduz a lógica de produção dos espaços urbanos em tempos globalizados. Nela, o local é entendido como espaço de realização de interesses externos e o espaço é dado pelo Estado como mercadoria, priorizando essa perspectiva perante as demandas locais por habitação, saneamento, arborização, iluminação, saúde, educação, lazer, entre outros. Este modelo, sem embargos, não é o desejável, quando se busca uma perspectiva de superação dos atuais desníveis socioeconômicos que as cidades pequenas vêm atualmente reproduzindo como espelhos da média e grande cidade.

Em trabalho cujo objetivo foi refletir a aparente dissociação entre o discurso de desenvolvimento e sua efetivação no âmbito interno das cidades pequenas, Aragão e Souza (2017), questionam que desenvolvimento é capaz de fragmentar ao invés de integrar. Neste sentido, a noção de desenvolvimento reproduzida no discurso político é posta em xeque. Haverá desenvolvimento sem qualidade de vida para todos e sem, minimamente, as condições de construção de uma cidadania efetiva e socializada?

De acordo com Silva (2008, p. 16-17), “após a inclusão do desenvolvimento sustentável, na pauta de discussão dos fóruns mundiais da década de 1970, o tema era tratado, até meados de 1980, como uma composição das dimensões econômica, social e ambiental”. Sachs (1986) propôs mais duas dimensões: a espacial e a cultural. Ele defende que, além de respeitar e analisar as relações entre o urbano e o rural, é preciso identificar os valores culturais deste processo. Amaral e Ri (2011, p. 139), por sua vez, dizem:

O desenvolvimento é um fenômeno com dimensão histórica. Cada economia enfrenta problemas que lhe são específicos, não há como afirmar que existem fases de desenvolvimento, na qual passam todas as sociedades seguindo os moldes da industrialização europeia. No contexto histórico em que surgiu a ideia de desenvolvimento, este implica na (sic) reparação das desigualdades passadas, criando uma conexão incapaz de preencher um abismo civilizatório entre a antiga metrópole e a antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento trás (sic) consigo a promessa de tudo, a modernidade inclusiva pela mudança estrutural.

Com base nesses aportes, verifica-se a necessidade de contrapor a noção do discurso de desenvolvimento com a realidade e seus fatores principais, quais sejam o econômico, o ambiental, o cultural e o espacial. Soma-se a estes, o fator político, tendo no conjunto desses fatores uma proximidade ao todo social. Tal exercício foi conduzido por Aragão e Souza (2017), ao identificarem, em Esperança – pequena cidade do Agreste paraibano –, contradições entre o discurso de desenvolvimento e as vulnerabilidades socioambientais.

Na pesquisa em tela, verificou-se que o discurso de desenvolvimento tem sido implicado por um

crescimento dos índices econômicos da cidade de Esperança, repercutindo na organização do espaço da cidade que tem sido expandido. Este processo de expansão não tem sido acompanhado de formas coletivas de apropriação da natureza, quer pela produção de espaços públicos nas periferias, quer pela mitigação de problemas socioambientais relevantes, como a disposição indevida de lixo e a criação de estratégias de reaproveitamento de águas pluviais na cidade que convive com longo período de crise hídrica no abastecimento urbano. Além da contaminação dos recursos hídricos e dos solos, substituição de áreas verdes e carências na segurança em setores periurbanos e centrais da cidade, tem-se verificado a ampliação dos problemas infraestruturais em serviços como iluminação pública, saneamento básico e arborização em áreas ocupadas com população de baixa renda.

Combinadamente a isto, dá-se um processo de construção de pequenos condomínios fechados em recortes periurbanos da cidade. Constatou-se que o processo de crescimento urbano não se efetiva como prática de desenvolvimento sustentável, mas sim como processo de desenvolvimento econômico desigual, caracterizado pela expansão da economia e por contradições socioespaciais entre setores periurbanos, reforçados por condições de vulnerabilidade socioambiental, denunciando mecanismos de segregação socioespacial e desassistência do poder público.

Neste ínterim, concebe-se pertinente, aproximando-se de um ideal de desenvolvimento sustentável, a concepção de Sachs (2008), que realiza a discussão sobre desenvolvimento baseado na inclusão, como critério elementar da sustentabilidade. Para ele, “sob algumas circunstâncias, a inclusão justa se converte em requisito central para o desenvolvimento. Se o adjetivo deve colocar atenção no aspecto mais essencial do paradigma de desenvolvimento, podemos falar então de desenvolvimento incluyente” (SACHS, 2008, p. 38).

Com base nessas contribuições, identifica-se que concepção de desenvolvimento permite refletir o processo de apropriação da natureza e vulnerabilidade socioambiental nas pequenas cidades. Apesar de conceber o conceito de desenvolvimento sustentável como uma “redundância necessária”, em consonância às propostas de Silva (2008), Sachs (1986) e das Nações Unidas (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010), acredita-se

que o crescimento das cidades significa que elas, por intermédio de seus representantes políticos, serão responsáveis por prestar serviços, como: educação e habitação acessíveis, água potável e comida, ar limpo, ambiente ecologicamente equilibrado, ambientes livres do crime e transporte eficiente a todos os cidadãos. Se estes processos implicam dinâmicas de apropriação da natureza, não há outra forma que possa ser mais conveniente aos anseios de cidadania senão aquela concebida por Harvey (1973), que preconiza a justa apropriação como fundamento.

A tendência em relação à urbanização tem enormes implicações nos esforços para reduzir a pobreza, gerir recursos naturais, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças desafiadoras de uma sociedade de classes. Cidades apresentam, no entanto, problemas limitantes para os desafios mundiais, tais como: congestionamento, infraestrutura deficientes, falta de fundos para serviços básicos e escassez de habitação adequada. Mais uma vez, faz-se necessário, à luz do objeto de estudo – as cidades pequenas –, chamar a atenção para a proposta de Santos (2012) no sentido de discutir o lugar com vistas em compreender sua ligação com a totalidade espacial.

Assim sendo, verificou-se nas cidades pequenas a possibilidade de reversão do quadro, ou pelo menos, de desaceleração do ritmo de crescimento urbano insustentável que existe e que a influencia de forma dialética. Isto implica a revisão das propostas de desenvolvimento que, à mercê do que incitam os setores mais indigestos da sociedade, têm consolidado a continuidade de dilemas e contradições sociais, inclusive no âmbito inter e intraurbano, adjacente às cidades pequenas brasileiras. Sua análise é, pois, necessária e encontra relevantes aportes nas ciências humanas e suas vertentes, como a geografia urbana, a sociologia do desenvolvimento, a política social e a economia em rede. Mais que a individualidade e as peculiaridades teórica e metodológica de cada área, a temática exige a reflexão transversal e interdisciplinar viabilizada pelo contato entre estas áreas do saber e destas com as realidades de cada local.

6 Considerações finais

O desafio civilizatório do desenvolvimento sustentável e incluyente deve pautar-se, entre outros problemas, na superação dos paradoxos que preencham as atuais políticas de desenvolvimento, especialmente como mostrou este trabalho, em cidades pequenas, tendo em vista sua quantidade e distribui-

ção em todos os cantos do território brasileiro. Acredita-se que a prioridade social da sustentabilidade, tardada nas atuais políticas, deva ser temática mais ampla, que envolva desde a melhoria das condições de vida na cidade até a superação dos dilemas e contradições socioambientais que evitam o alcance dos ideais de qualidade de vida e cidadania para a maior parte das populações do mundo subdesenvolvido, por conseguinte, no Brasil.

Vê-se, contudo, uma possibilidade no horizonte. A participação de instituições de ensino, universidades, institutos técnicos, escolas e movimentos sociais podem contribuir para a emergência de ações organizadas localmente, cuja repercussão no sistema socioambiental local poderá contribuir para a conservação das relações sistêmicas naturais e produção de espaços urbanos sustentáveis. Este propósito, porém, não deve ser dissociado das demandas inerentes à cidade e seu cotidiano social. A simples recuperação das áreas naturais e ou a retirada da população que é exilada nas periferias, na margem de um rio, na vertente íngreme de uma área de instabilidade não satisfazem, isoladamente, às demandas sociais e, além disso, podem ampliar as condições de vulnerabilidade socioambiental dos grupos mais pobres, se forem apenas espacialmente deslocados.

A reprodução social deste quadro inspira mudanças, inclusive para além da realidade de cada cidade, atingindo as ordens de planejamento da política econômica e social de cada país, exigindo mais compromisso do Estado com os cidadãos. A revisão das bases de relação entre Sociedade e Natureza é, por sua vez, um dos grandes desafios da civilização mundial. Acredita-se que qualquer proposta de desenvolvimento deve ser mediada pelos mecanismos de gestão das relações político-sociais e dirigidas à satisfação dos interesses da população, sobretudo dos mais vulneráveis. Em outras palavras, o que se discute é a estagnação de propostas que validem os direitos universais presentes em acordos mundiais, nos quais o Brasil é partícipe, no que tange à superação de desigualdades históricas, à promoção da justiça na produção dos espaços urbanos e à garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que, definitivamente, interpõe-se como matéria sobre a mesa de todo governante e direito para todo cidadão.

REFERÊNCIAS

- ALEDO, A.; SULAIMAN, S. La incuestionabilidad Del riesgo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 9-16. Out./dez. 2014.
- AMARAL, S. A. T.; RI, L. D. Capital social, democracia e desenvolvimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 136-149, jul./dez. 2011.
- ARAGÃO, J. P. G. de V. **Uso e ocupação das margens do rio Capibaribe**: vulnerabilidades socioambientais em áreas urbanas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Recife: UFPE, 2017.
- ARAGÃO, J. P. G. de V.; SOUZA, C. O. P. Reflexões sobre o desenvolvimento em cidades pequenas: o caso de Esperança, estado da Paraíba. **Revista Principia**, n. 33, p. 85-98, mai. 2017.
- AZEVEDO, A. de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, v. 9, 1957, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB, 1957.
- BECK, U. **Risk society**: Towards a new modernity. London: Sage Publications, 1992.
- BELL, D; JAYNE, M. **Small cities**: urban experience beyond the metropolis. New York: Routledge, 2006.
- BRASIL. Ministério das Cidades / Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. Brasília: Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.
- CHAUÍ, M. **Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 – 2010**. Florianópolis: CEPED-UFSC, 2012.
- CLEMENTINO, M. do L. M. Receitas Municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. In: **XVIII Encontro Nacional da APIPSA**, Campina Grande/PB, 1996.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999.
- _____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- CHRISTALLER, W.. **Die Zentralen Orte in Suddeutschland: Eine Ökonomischgeographisch Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit Städtischen Funktionen**. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1933.
- CONFALONIERI, U. E. C. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 1, n. 20, p. 193-2004. jan./jul. 2003.
- ENDLICH, Â. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia (Londrina)**, v. 10, n.1, p. 27-34, 2001.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Social Justice and the City**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MAIA, D. S. **Cidades pequenas**: como defini-las? João Pessoa: (Notas de aulas), 2015.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MENDONÇA, F. de A. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma

reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR. n. 10, p. 139-148, jul/dez. 2004.

MÉSZÁROS, I.. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIN, M. S. Growth of Small and Intermediate Cities in Korea, 1975-1980. **Korea journal of population and development**, Coreia do Sul, v. 19, n. 1, p. 47-70, jul.1990.

MONTEIRO, C. A. de F. **Geossistemas a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2001.
OWUSU, G. Small Towns in Ghana: Justifications for their Promotion under Ghana's Decentralisation Programme. **African Studies Quarterly**, Florida, v. 8, n. 2, p. 48-69, primavera, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Sostener El progreso humano**: reducir vulnerabilidades e construir resiliencia. Nova York: ONU/PNUD, 2014.

_____. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil**. Brasília: PNUD, 2010.

REVISTA CENÁRIOS. Lisboa: Uniritter, 2006.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, P. F. J. da; SPÓSITO, E. S. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SILVA, C. da S. **Desenvolvimento Sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, M. Tentativa de classificação das cidades brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, p. 283-316, jul./set. 1946.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SUGUIO, K. **Água**. Ribeirão Preto: Holus Editora, 2006.

WISNER, B. *et al.* **At risk**: natural hazards, people's vulnerability and disasters. London: Routledge, 2004.